



DL-01

Ses. Esp. 17/11/11

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial, convocada com o objetivo de debater a situação da Defensoria Pública no Estado da Bahia. Esta sessão foi proposta por mim.

Boa-tarde a todos. Quero pedir desculpas a cada uma e a cada um pela demora, o que ocorreu porque eu estava em outra atividade do nosso mandato. Devo dizer que é uma honra esta Casa do Povo receber pessoas com o caráter de vocês, que tanta importância têm para o Estado da Bahia.

Vamos compor a Mesa chamando as seguintes as personalidades: deputado Álvaro Gomes, relator da Lei de Organização Judiciária; Dr^a Maria Célia Nery Padilha, defensora pública geral do Estado da Bahia; Dr. Celso Luiz Braga de Castro, diretor da Faculdade de Direito da UFBA; Dr^a Laura Fabíola Amaral, representante da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia; Sr. Adílson Araújo, presidente da CTB, Central dos Trabalhadores do Brasil, amigo querido; Sr. Professor Doutor Augusto Vasconcelos, vice-presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia; Sr. Mizael Aquino Ramos, diretor do Centro Acadêmico de Direito da Faculdade Ruy Barbosa; Sr^a Paloma Pina Rebouças, representante da Comissão dos Aprovados no 6º Concurso de 2010 para a Defensoria Pública da Bahia; Dr. Ruy Eduardo Brito, juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública e coordenador da Associação dos Juízes para a Democracia; Sr. Deputado Yulo Oiticica, amigo querido, grande parlamentar e Líder do PT nesta Casa de Leis da Bahia; Dr. Ricardo Carillo, coordenador executivo da Defensoria Pública na capital. (Palmas)

Senhoras e senhores, meu boa-tarde novamente. Como disse, é um prazer e uma honra estar aqui neste momento trazendo à tona esta discussão a respeito de cidadãos que passaram num concurso público para exercer a função de defensores públicos no Estado da Bahia.



Felizmente, ou infelizmente, a Defensoria Pública é de importância fundamental num Estado como o nosso. O Brasil, nos últimos anos, vem se transformando em um novo País que consegue dar a parte do seu povo a condição de cidadãos de direito.

Falo isso porque nem sempre pudemos ter essa condição. Vivemos pouco tempo atrás um longo período de uma larga ditadura, que para alguns foi uma ditadura branda. Mas qualquer tipo de ditadura, qualquer tipo de ação política ou social que revolte ou tire o direito do cidadão, é uma coisa que não é branda. E no Brasil de hoje, mesmo já tendo uma Constituição dita como cidadã, é fundamental a ação de uma instituição que consegue levar direitos ao cidadão. Ainda assim o direito está longe do ser cidadão de uma forma geral.

Falo isso porque hoje pela manhã, ainda assistindo a alguns noticiários acerca daquilo que foi trazido de um estudo de relatos do próprio cidadão brasileiro através do Censo de 2010, a grande contradição que é o Estado brasileiro, um Estado que ainda comporta mais de 50 milhões de miseráveis, apesar de todos os avanços constituídos nos últimos oito anos por um governo que transformou o Brasil para melhor, mas que ainda assim a parcela de despossuídos, de desigualdade e daqueles que têm necessidade do Estado para lhe servir ainda é grande. Vivemos ainda um colosso de um abismo de poucas pessoas que conhecem e têm direito e acesso ao Estado, e muitos daqueles que nem sequer sabem que o Estado existe para lhes proteger. Porque o Estado brasileiro, apesar do avanço onos dias de hoje, ainda é injusto e bastardo para com boa parte de seus cidadãos.

Falando nisso, ainda podemos falar da Justiça baiana e da Justiça brasileira. Apesar de termos magistrados de excelente qualidade, termos magistrados que têm desenvoltura e vontade de transformar este Brasil para melhor, a Justiça ainda é distante e muitas vezes tardia, injusta com boa parcela do seu povo, quando o cidadão nem sequer sabe o que é a Justiça, apenas quando ele aclama que a Justiça seja bem vinda, seja grada e seja respeitosa para com a parcela maior de seus cidadãos.

Vivemos um Brasil que tem uma parcela pequena de seus cidadãos que vivem em situação de luxo, de conforto pessoal, material, intelectual, que têm acesso a todas as estruturas que o Estado deveria dar, mas que não dá. Então, nesse aspecto, a necessidade de



termos pessoas como vocês – com capacidade, com condição de intervir e auxiliar e trazer a Justiça para perto do povo é de uma fundamental importância.

Então, quando aqui fui chamado por uma comissão de concursados que passou, que logrou êxito no concurso público para defensor, e ninguém aqui pediu favor para entrar pela janela ou por uma porta lateral, estudaram, tiveram capacidade laborativa e intelectual de assumir, e isso não foi lhes dado... Nesse aspecto, estamos fazendo essa audiência para debater, conciliar com o governo do Estado, governo que, quero dizer a vocês, faço parte dele, do mandatário da Bahia que é o governador Jaques Wagner, governador que transformou a Bahia para melhor. Falhas existem, e muitas no seu governo, mas não é culpa dele, é culpa de um sistema, de uma gestão pública anterior que não teve como buscar que o Estado servisse a maior parte dos quase 15 milhões de baianos, mas que eu inclusive faço parte de sua Vice-Liderança, tendo orgulho e satisfação de participar de um projeto novo de governo. Assumi, junto com deputados que temos aqui na mesa, como o grande deputado Álvaro Gomes, o deputado Yulo, grande deputado, professor de outros colegas, como eu, nesta Casa, para trazer esse debate e clamar que o nosso governo possa garantir a função de vocês na condição de defensores públicos para auxiliar o povo da Bahia na condição de ter acesso a uma Justiça mais plena e mais ágil para ele.

Infelizmente, em alguns momentos a Justiça é tardia e distante. Agora mesmo, isso eu falei e quero repetir, senti-me muito mal quando aqui nesta Casa vimos que foram fechadas 50 comarcas, num Estado de 15 milhões de cidadãos, um Estado maior em que boa parcela dos países da Europa pôde fechar 50 comarcas e fazer com que o acesso à Justiça fosse ainda mais longínquo, distante e incapaz de servir ao seu cidadão. Então, nesse aspecto é que fazemos este debate, esta sessão para discutir a importância da Defensoria Pública e discutir como garantir a efetivação de vocês que fizeram concurso para lograr estar em atividade, exercendo condição de servir melhor o nosso cidadão.

Então, não quero mais me alongar, quero dizer que abro esta sessão especial na condição de ser um dos responsáveis por lutar, por chamar, por discutir junto ao nosso governo mais ações, mais recursos para não só vocês, porque infelizmente os cerca de 190 doutores que compõem a Defensoria Pública no estado da Bahia, ainda é um número, Dr.



Celso Castro, muito diminuto para servir a Bahia e mais 50 ou 60 pessoas ainda é um número muito distante da necessidade real do povo baiano.

Mas, iremos fazer isso e nesse aspecto quero abertura para podermos, hoje, debater isso aqui.

Muito obrigado, boa tarde. Quero agora passar a fala ao grande amigo, colega, deputado Álvaro Gomes, que foi relator da lei, da organização do Poder Judiciário do estado da Bahia. Passo agora a palavra ao nobre deputado, camarada Álvaro Gomes.



2287-I

Ses. Esp. 17/11/11

Or. Álvaro Gomes

Debater a situação da Defensoria Pública no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES - Quero saudar aqui esse grande companheiro Fabrício Falcão, que teve a felicidade de fazer esta sessão especial para tratar dessa questão tão importante, saudar a defensora pública geral do estado, Dr^a Maria Célia Nery, o Diretor da Faculdade de Direito Celso Castro, conhecido aqui e que tem feito um trabalho excelente nessa área; representando a Associação dos Defensores Públicos, nossa amiga e conhecida, companheira Laura Fabíola; Adilson Araújo, Presidente da CTB, companheiro de luta; Augusto Vasconcelos, vice-presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia; Diretor do Centro Acadêmico de Direito, Misael Aquino; Paloma Pina, que é representante da Comissão de aprovados no 6º concurso de 2010 da Defensoria Pública; o Juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública e coordenador da Associação dos Juízes para a democracia, Rui Eduardo Brito; nosso companheiro Yulo Oiticica, Líder do PT, que também tem feito um bom trabalho nessa área da defensoria; o coordenador da Defensoria Pública da Bahia do município de Salvador, Ricardo Carilo.

Bom, eu queria, inicialmente, dizer que essa sessão especial tem uma importância muito grande. Estamos discutindo a questão da defensoria, o fortalecimento dessa instituição, que tem grande importância para a sociedade. Nós observamos o momento em que a defensoria estava sendo desmontada, desmantelada, com carência muito grande de fortalecimento, de mais defensores e aí teve um papel fundamental, um papel importantíssimo.

A Associação dos Defensores estavam aqui, cotidianamente, na Assembleia Legislativa, buscando o fortalecimento da instituição. Não fosse essa luta intensa, cotidiana, permanente e o novo clima que vivemos, hoje, no estado da Bahia, a defensoria não teria obtido avanços consideráveis que não foram uma dádiva, mas fruto da situação, da luta, do



momento político que vivemos no novo governo democrático, um governo que tem preocupações sociais, preocupação com os mais necessitados.

E, fruto desse processo todos, nós conseguimos esses avanços. Mas, é importante ressaltar que precisamos avançar muito mais. O que nós avançamos, as conquistas obtidas, elas não são suficientes. É preciso a contratação dos novos concursados, é preciso o fortalecimento. A Bahia precisa não apenas nomear todos os concursados aprovados, mas, inclusive, fazer novos concursos porque a carência é muito grande de defensores no Estado da Bahia.

Temos que atentar para a questão da Justiça. Aprovamos aqui a nova Lei de Organização Judiciária, que é uma lei extraordinária, uma das mais avançadas. Evidentemente, é uma lei que vem sendo colocada em prática aos poucos, em função da dificuldade financeira, mas a lei em si significa um avanço muito grande. Tem como princípio básico a acessibilidade, a eficiência, a agilidade da justiça, tem como premissa estabelecer uma justiça a serviço da sociedade. Então, a Lei de Organização Judiciária foi um avanço muito grande. O fortalecimento da Defensoria precisa ser uma luta cotidiana de todos nós, deputados, mas acima de tudo também de toda a sociedade e principalmente dos defensores, que precisam estar cotidianamente atentos para essa questão. Não é possível que tenhamos uma sociedade em que as pessoas não tenham direito a uma justiça eficiente, a uma justiça que lhes possa proteger. A Defensoria Pública tem como objetivo atender os mais necessitados deste Estado, deste País. Para isso é preciso que haja o seu fortalecimento, é preciso que a Defensoria Pública ganhe cada vez mais espaço, é preciso que a Defensoria ganhe cada vez mais condições, autonomia para defender aqueles mais necessitados da sociedade.

Vivemos hoje um momento político, um momento favorável de conquistas. Conseguimos implementar um novo momento na política brasileira a partir da eleição do presidente Lula, que melhorou a vida de mais de 50 milhões de pessoas, da presidenta Dilma. Quebra-se uma discriminação e elege-se uma mulher presidente que também vem dando continuidade a esse processo com um projeto ousado de erradicar a miséria no nosso País. Aqui no Estado da Bahia, estamos vivendo também grandes avanços, porque o Estado da



Bahia, em que pese ser um dos mais ricos do Brasil, acumulava indicadores vergonhosos. É a 5ª, 6ª economia do Brasil, mas campeão em analfabetismo, campeão em desemprego, campeão em desigualdade social. Estamos, porém, mudando essa realidade, que está sendo alterada a partir de um novo momento político que vivemos hoje com o governador Jaques Wagner reeleito governador do nosso Estado e que vem implementando essas medidas.

Portanto, precisamos, dentro desse contexto de redução das desigualdades sociais, de melhoria das condições de vida da população, colocar a necessidade de fortalecimento da Defensoria Pública, que tem o objetivo de defender os mais carentes, os mais necessitados, os excluídos da sociedade, que não podem ficar sem o direito à justiça, sem o direito à assistência judiciária. Portanto, o fortalecimento da Defensoria é fundamental para todos nós e para a sociedade. Se já conseguimos avanços, precisamos avançar muito mais. Podem contar com a nossa participação.

Continuaremos aqui firmes, coesos, juntos com vocês, mas é preciso também que vocês continuem essa luta. As conquistas são obtidas com lutas. Não existe conquista sem luta. Para se conquistar algo, tem-se que lutar, que trabalhar. Vivemos um governo democrático, é verdade, vivemos um governo progressista, é verdade, vivemos um governo que deu atenção à Defensoria, é verdade, mas além disso é preciso que os defensores públicos, é preciso que os segmentos que defendem a Defensoria organizem-se, mobilizem-se para sensibilizar ainda mais o nosso governador, o nosso Governo, para que possamos ter uma defensoria cada vez mais forte, atuante, atendendo os mais necessitados.

Portanto, defendemos a nomeação de todos os concursados para o fortalecimento da Defensoria Pública no Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)



2288-I

Ses. Esp. 17/11/11

Or. Celso Castro

Debater a situação da Defensoria Pública no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Gostaria de registrar também a presença do deputado Augusto Castro aqui presente nesta sessão; do Dr. Jorge Salles, membro da Executiva do Grupo da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado da Bahia; também da Drª Mônica Simon, Diretora de Orçamento da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Gostaria de convidar agora o amigo, uma figura que tenho muito respeito e admiração, professor de Direito da UFBa, Dr. Celso Luiz Castro, e também grande amigo nosso aqui.

O Sr. CELSO CASTRO:- Exmº Sr. Presidente desta sessão, deputado Fabrício Falcão, meu querido amigo, a quem eu tenho e por quem eu tenho muita admiração, e em nome de quem cumprimento a Mesa, autoridades presentes, Srs. Deputados, senhores defensores concursados, esse é um momento muito importante no qual nos encontramos aqui reunidos, a sociedade civil e o Parlamento, num de seus momentos mais nobres que é o da afirmação de uma das conquistas democráticas da Constituição de 1988, que é a instituição da Defensoria Pública.

Eu gostaria, deputado Álvaro Gomes, que é um dos grandes defensores da causa da justiça nesta Casa, que é o autor do projeto da lei de organização judiciária, de traçar um paralelo. Costuma-se dizer que o Estado, na verdade, desenvolve ou é sinônimo de público. Eu costumo pensar o contrário, que o Estado busca o público mas não se confunde com ele, o público é algo finalístico, o público é algo que na verdade cabe ao Estado buscar mas que outras organizações também buscam o público.

A Defensoria é pública no sentido de que defende um valor público que é supraestatal, que é o valor da paz, o valor da harmonia, o valor do convívio societário. E vejam: hoje nós temos uma sociedade em que o Estado se autoprotege mantendo, e nenhuma crítica nesse sentido, uma Procuradoria do Estado organizada onde a União se protege,



mantendo uma advocacia da União muito bem estruturada, mas quando se trata de defender o mísero, o hipossuficiente não há tradicionalmente na cultura brasileira o mesmo cuidado.

Vejam que o Estado para proteger o seu patrimônio se organiza, tradicionalmente, nas advocacias do Estado, nas procuradorias do Estado. A advocacia da União tem um corpo selecionado para fazer a defesa dos seus interesses. Dr. Rui Eduardo sabe o quanto a Procuradoria do Estado é atuante, e nós às vezes pensamos que defender o Estado é defender o público. Não. O Estado deve, sim, também promover o público e a Defensoria Pública é mais pública, me permitam dizer do que a Defensoria do Estado, porque defender a arrecadação de um imposto é do ponto de vista mais permanente, de uma escala menor, do que defender a paz social. Essa é a questão. Não há PIB, não há desenvolvimento que se sustente sem a construção de um modelo de paz social. (Palmas)

Os defensores públicos estão exatamente nessa dimensão de verdadeiros guardiães da paz, da solução dos conflitos, da mediação para que esses conflitos venham a eclodir. Estivemos e estamos colaborando na montagem de um mestrado profissional na área da segurança pública, em que propuz junto com o departamento de Sociologia da minha Universidade, a Universidade Federal, a Escola de Administração e a Faculdade de Direito a inclusão da defensoria pública como um dos motores preventivos de ações de segurança pública.

No dia em que tivermos uma Defensoria Pública organizada e estruturada os índices de criminalidade vão cair; no dia em que tivermos uma Defensoria Pública estruturada e reconhecida teremos a prevenção à criminalidade. Não basta combater a criminalidade com delegados, é preciso evitá-la mediante um trabalho pelo qual o mísero, o hipossuficiente se sinta assistido, sinta-se igualado. A grande causa da violência é a desigualdade.

Notem que há estudos no mundo inteiro que mostram que países razoavelmente pobres ou muito pobres situados na África têm índices de violência menores do que os do Brasil. E a que se atribui isso? É que a pobreza, em si mesma, é menos maléfica do que a desigualdade, que ostenta, agride e afronta. Países que têm um índice de desigualdade muito



alto, como o nosso, não podem transportar essa desigualdade econômica para o plano da desigualdade jurídica.

Já não basta a hipossuficiência econômica e vamos ainda agregá-la a uma hipossuficiência jurídica. Já não basta o pobre dispor apenas de um salário mínimo, quando dele dispõe, e ainda não contar com defensores! O suficiente, o rico contrata seus advogados. E o pobre, fica em qual situação?

E essas pessoas não precisam usar, efetivamente, os serviços da Defensoria, mas para elas basta saber que o órgão existe, basta confiar que existe um órgão que, um dia, vai estar pronto para ouvi-las para que elas se sintam mais confiantes.

Há um episódio, Sr. Presidente, que eu gostaria de narrar, que aconteceu na Prússia. O caso é conhecido como “o moleiro de Berlim”. Um homem muito simples, um moleiro, tinha um pequeno sítio. O rei, gostando do lugar, porque tinha boas águas, mandou-lhe um aviso: “o rei vai precisar das suas terras”. Aquele homem muito pobre, que tinha uma pequena porção de terra, diz: “Eu não estou disposto a vendê-las. Moro aqui e me criei aqui, nessas terras”. O mensageiro do rei disse: “Você não ouviu? O rei é quem quer essas terras”. O homem pobre responde: “Ouvi, sim, mas diga ao rei que há juizes em Berlim”.

Então, é preciso que a pessoa pobre, ante a violência que o capital econômico já cria, possa dizer: “Digam a eles que há defensores públicos. (Palmas) Digam a eles que eu não me curvo, porque tenho uma Defensoria Pública a quem procurar. Digam a eles que a democracia existe, que eu posso ser convenientemente defendido”.

A Defensoria Pública não se presta, necessariamente, a apagar incêndios, mas é como um extintor de incêndio, que precisa estar presente para que não se receie o fogo.

Observem que a simples presença do defensor público nas comarcas já resultará, seguramente, como a presença do juiz, numa redução das causas da violência. É preciso que enfrentemos a questão da violência não pelo ângulo repressivo, mas, sobretudo, pela perspectiva preventiva; não com o assistencialismo puro, mas com a presença institucional como um órgão não de governo, mas como órgão do Estado.

Essa é uma questão tão crucial ou mais crucial do que discutirmos o desenvolvimento econômico do Estado, que o governo tem feito muito bem.



Participo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado, com muita alegria, por uma deferência do eminente governador do Estado, que me convidou a compor um conselho de 45 membros. Não tive a oportunidade de discutir o assunto, mas incluirei no debate do desenvolvimento social do Estado a questão da Defensoria Pública.

Eu não vejo o pleito como um pleito individual desses jovens concursados, que percorreram uma dura trilha para chegar aí. Não se trata de uma reivindicação corporativista, mas de um grito de liberdade e de afirmação deste Estado. (Palmas)

O pleito, Srs. Deputados, senhores aqui presentes, que se desenvolve, transcende uma categoria, é o pleito e a voz dos oprimidos, é mais ou menos aquela coisa que um dia o poeta das liberdades, Castro Alves, no seu poema Vozes D'África dizia:

“Deus, ó Deus! Onde estás que não respondes?

Em que mundo, em que terra tu te escondes? Onde estás, Senhor Deus?

E os homens simples perguntam: “Defensoria, onde estás que não respondes? É o pleito deles, dos excluídos, que está posto aqui veiculado pelos presentes. Não há pleitos pessoais aqui, há pleitos de sobrevivência e de afirmação da democracia.

Nós conhecemos, sim, a chamada cláusula da reserva do possível, mas a vida acadêmica me fez vencer certos bloqueios ou certas resistências. Não posso entender que em um País no qual temos 80 bilhões para a Copa do Mundo, não tenhamos condições de ter uma Defensoria Pública.

Essa é uma visão pessoal minha. Se querem ter uma Copa do Mundo, podemos prestigiar a boa África do Sul, que já tem todos os estádios, e investir valores que possam ser efetivamente desenvolvidos em uma infraestrutura melhor, que é a infraestrutura da paz social.

Há um filósofo que disse: “Se alguém perde dinheiro, perde alguma coisa; se alguém perde saúde, perde muita coisa; mas se alguém perde a paz, perde tudo.” E, se os homens não têm um braço e um ombro amigo, um consolo e uma voz que fale por eles, que será e há de ser a da Defensoria Pública, nessa dimensão em que eu a vejo, eles poderão significativamente ter perdido, ou não ter podido conquistar a paz.



É preciso que haja sede de justiça, e a justiça só pode caminhar vencendo as desigualdades. Não há desigualdade maior do que se saber que não está assistido convenientemente nos caminhos da justiça.

Dr. Ruy Eduardo, presidente da Associação dos Juizes para a Democracia, bem sabe do que eu falo, do quanto é importante e de quantas e quantas vezes o mísero não encontra a defesa adequada, porque não tem o profissional que lhe assista. Quantas e quantas vezes, não é por isso e não é por menos que as cadeias normalmente estão cheias de pessoas sem recursos, de pessoas que não podem sequer ou que não têm a possibilidade de ter um advogado. Daí o nome defensor, em sentido amplo, não o defensor das pessoas nem dos clientes, mas o defensor de um dos valores mais importantes, que é o valor público da paz.

Quando eu vejo o defensor público, é o defensor da política pública de paz, da política que evita os conflitos, da política que faz valer a justiça, da política que consola e conforta, da política pública que, na verdade, às vezes não é medida no PIB, não é medida nos indicadores econômicos, mas que resulta seriamente em problemas todos em que a sociedade vive, uma sociedade em conflito é preciso apaziguá-la.

E eu quis exatamente dizer que a minha faculdade de Direito, honrando as suas tradições em seus 120 anos de existência completos agora, neste ano de 2011, solidariza-se com esse movimento, mais do que solidarizar-se ombreia e associa-se a esse movimento não como um movimento de concursados, não como um movimento da própria Defensoria Pública, mas como um movimento de toda sociedade que quer crescer e se edificar em seus valores.

Vamos já edificar, vamos já buscar crescer, vamos já nomear os concursados, vamos ampliar a Defensoria Pública nos seus limites, para que este Estado, verdadeiramente, possa caminhar nessa trilha de sucesso, a qual vem fazendo pelo desenvolvimento. Não há desenvolvimento sem paz, não há paz sem Defensoria Pública.

É o que eu gostaria de lhes dizer.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



2289-I

Ses. Esp. 17/11/11

Or. Sr. Adilson Araújo

Debater a situação da Defensoria Pública no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Registro também a presença da Dr^a Liliana Sena Cavalcante, subdefensora pública Geral do Estado da Bahia; do Sr. Hebert Caffé, diretor Geral da Defensoria Pública da Bahia; da Sr^a Sônia Rebouças, secretária de administração e analista técnica.

Gostaria de convidar, para fazer uso da palavra, o Sr. Adilson Araújo, presidente da CTB – Central dos Trabalhadores do Brasil- Estado da Bahia, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADILSON ARAÚJO:- Boa-tarde a todos e todas! Quero, em nome da CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil –, parabenizar o deputado Fabrício, nosso companheiro militante sindical de longas lutas, saudar o deputado Yulo, deputado Álvaro Gomes, em especial, a Dr^a Maria Célia Padilha e em nome dela cumprimentar todos os componentes da Mesa, dizer para vocês que quando a CTB foi convidada para participar dessa iniciativa, evidentemente, que muitas coisas chamaram a nossa atenção, principalmente por entender de que no curso do desenvolvimento passamos a compreender mais e melhor o quanto está na ordem do dia o debate acerca da concepção, sobretudo, do papel que deve exercer o Estado.

Se é verdade que estamos à luz, evidentemente, de uma grave crise econômica mundial que tenta impor uma agenda regressiva, achamos também importante e imperativo que possamos dialogar o quanto é importante, fundamental e estratégico o fortalecimento do Estado, sobretudo no que diz respeito à preservação e fortalecimento das suas instituições.

Vejo a Defensoria Pública como fundamental e, assim, vejo como fundamental a leitura feita por Ramon Córdova, defensor público-geral da Defensoria da União. Quando diz: “A Defensoria Pública não é o mero favor, nem tão pouco assistencialismo, ou mero autorismo, mas um direito do cidadão, um dever do Estado. A Justiça não pode continuar sendo vista como um serviço elitizado, acessível somente às classes A e B”. Penso que dessa



forma passamos a fazer o desenho da missão que deva exercer a Defensoria Pública. Ao examinar essa necessidade de fazer com que, de fato, seja garantida essas nomeações, elas vêm a responder uma necessidade de que, com certeza, esse resultado vai somar a uma necessidade muito concreta, porque se os números estão dados, se é verdade que se há um juiz para cada 26 mil habitantes, e que se há um promotor a cada 24 mil habitantes, é inadmissível que passamos a conceber que haja apenas um defensor público para 71 mil habitantes.

Penso que dessa forma há uma necessidade emblemática de fazer uma discussão mais aprofundada diante desses números, sobretudo no que diz respeito a buscar uma equação que venha corresponder não somente a fazer uma nomeação, mas, certamente, buscar observar os fatos que estão colocados. Evidentemente que embora apostamos no diálogo social, fazemos coro com um governo democrático popular, entendemos que é autônomo, que é justo, que é correto, aprofundar esse debate. Assim, quero me somar ao professor que também, na condição de membro do Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social, somarei no sentido de fazer com que o governo possa aprofundar esse debate acerca do fortalecimento, não somente da Defensoria Pública, mas sobretudo no fortalecimento que deve exercer as diversas instâncias que fazem o trabalho direcionado à população no que diz respeito, principalmente, ao melhor atendimento.

Compreendemos, portanto, que à luz desse debate que o governo vem propiciando da qual se pauta um projeto acerca de política industrial sobre a necessidade de um debate que possibilite geração de emprego e renda, se faz necessário também fortalecer essa instituição.

Recentemente, para finalizar, fazíamos uma discussão muito apropriada por circunstância do elevado índice de doença do trabalho e pelo fato de que se registrou, no último período, um número elevado de acidentes com óbito, na Bahia.

Levamos em consideração um aspecto muito singular: hoje apenas três mil funcionários exercem o trabalho de fiscalização e auditoria do trabalho; há uma necessidade de que esse número se amplie. Se entendemos que para exercer essa função se faz necessário a imediata contratação de mais de 500 profissionais, penso que nada mais legítimo do que



fazer valer, não somente as 50 vagas que estão sendo colocadas, mas, sobretudo, a aprovação dos 160 concursados. Eles aqui demonstram, de certa forma, que estão a usar o verde, mas com o ingrediente da maturidade política e com a disposição de fazer do seu exercício de cidadania que, com certeza, com o papel do movimento social das centrais sindicais, dos diversos setores da organização da sociedade, conseguiremos fazer com que o governo possa conceder esse direito elementar que, certamente, servirá para uma Bahia cada vez melhor.

Muito obrigado, sucesso e luta até a vitória. (palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



2290-I

Ses. Esp. 17/11/11

Or. Augusto Castro

Debater a situação da Defensoria Pública no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Agradecemos pelas palavras do orador, amigo Adilson Araújo.

Leio a carta ao Sr. Presidente Marcelo Nilo.

(Lê) *“Sr. Presidente, com os nossos cumprimentos, confirmamos recebimento do convite para a Sessão Especial com o objetivo de debater a situação da Defensoria Pública no Estado da Bahia. que ocorrerá no Plenário do Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães, no dia 17 de novembro de 2011.*

No entanto, em virtude de compromissos inadiáveis relacionados à agenda oficial do Governo do Estado, agradecemos e informamos que não será possível a presença do Excelentíssimo Senhor Governador Jaques Wagner. Regina Fontes Carvalho - Secretária Particular do Governador do Estado.”

Registro a presença do Sr. Dr. Pedro Reis Paixão, do Conselho Municipal de Saúde de Salvador; Walmary Dias Pimentel, Sub-Coordenadora da Defensoria Pública Especializada em Direitos da Pessoa Idosa na Defensoria Pública do Estado da Bahia; e Jamile Menezes, da Assessoria de Comunicação da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Neste instante, passo a palavra ao deputado Augusto Castro pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente, senhores que compõem a Mesa nesta Sessão importante desta quinta-feira, em nome do professor Celso Luiz Braga de Castro, quero saudar esta Mesa, os defensores públicos concursados na ativa, os nossos futuros defensores que aguardam a nomeação para fortalecer a Justiça baiana, todos os presentes. Esta Casa está muito feliz por receber vocês aqui hoje.

A Defensoria Pública, na pessoa da Dra. Célia Padilha, que desenvolve excelente trabalho à frente dessa instituição, e pode contar com esta Casa, com os deputados, deputado



Fabrizio, o qual quero parabenizar por essa iniciativa, deputado Yulo, deputado Álvaro Gomes, Imprensa.

Na qualidade de deputado estadual estou nesta luta com vocês para que a Defensoria Pública do Estado da Bahia, com a autonomia que conquistou em 2005, possa ampliar o seu orçamento; isso é importante, Defensora Pública Geral, para poder trabalhar de forma organizada.

O Estado da Bahia é muito grande em sua área territorial, e com as dificuldades que encontra hoje em relação ao orçamento, a Defensoria tem um papel fundamental nesse trabalho.

Na qualidade de deputado, quero prestar a minha homenagem a cada um de vocês. Estamos nessa luta porque a autonomia é importante, mas com orçamento que possa manter uma estrutura capaz de elevar a prestação de serviço que a Defensoria Pública desenvolve no Estado da Bahia.

Quero, Dr^a Célia, encaminhar essa indicação ao governador, - acabei de protocolar a indicação ao governador Jaques Wagner, no sentido da autonomia da construção de uma sede própria da Defensoria Pública do Estado da Bahia. (Palmas) É preciso que a Defensoria Pública tenha uma estrutura capaz de atender a toda a demanda. Sabemos da dificuldade estrutural por que passa a Defensoria. Aqui, no Centro Administrativo, por ter vários órgãos, – recentemente foi doado um terreno para o Tribunal Regional do Trabalho – a exemplo do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas... A indicação que apresento à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa é no intuito de que o governador ceda um terreno para a Defensoria construir a sua sede própria no Centro Administrativo do Estado da Bahia. Está aqui a indicação que quero passar às mãos da defensora geral do Estado.

Tenho certeza de que a partir do próximo ano – e a Assembleia Legislativa da Bahia ajudará nesse propósito – o orçamento da Defensoria Pública do Estado será ampliado, para que assim ela consiga melhorar, cada vez mais, a sua prestação jurisdicional aos nossos amigos. Quem mais precisa da Justiça é o pobre, que está no dia a dia e que sente realmente a dificuldade de encontrar um advogado, e o defensor tem sido uma peça fundamental.



Vocês estão de parabéns. Acredito que as coisas estão caminhando no sentido de, a partir do próximo ano... Dra. Célia está trabalhando junto ao governo para viabilizar mais recursos e convocar todos vocês a prestarem um grande serviço à Justiça do Estado da Bahia.

Agradeço a cada um de vocês. Quero dizer que estou muito feliz em participar com vocês, hoje, desta sessão.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Agradeço a participação do nobre deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)



2291-I

Ses. Esp. 17/11/11

Or. Yulo Oiticica

Debater a situação da Defensoria Pública no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Registro a presença do ex-vereador de Salvador e atual deputado desta casa Luizinho Sobral, grande deputado e amigo querido, que está, aqui, honrando esta sessão. Agradeço a presença do senhor nesta sessão.

Passo a palavra ao nobre deputado Yulo Oiticica para fazer uso da palavra pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. YULO OITICICA:- Quero parabenizar os deputados Fabrício Falcão e Álvaro Gomes por esta iniciativa importante. Esta Casa precisa debater temas tão importantes como esse.

Eu aproveito, Dr^a. Tereza, tendo em vista a competência e a ousadia da Defensoria Pública baiana, essa Defensoria Pública...É bom, que vocês, que estão preparadíssimos – eu não tenho dúvidas – para adentrar às portas dessa instituição tão importante no Brasil que enobrece e orgulha todos nós baianos, saibam que a Defensoria Pública, em que pese ter menos de 190 defensores, ganhou um prêmio, uma menção honrosa das mãos do presidente Lula por uma iniciativa tão importante, o GT de Conflitos Fundiários. E não seria diferente este ano, a Defensoria Pública baiana no 10º Congresso ganhou o 1º lugar em práticas, portanto ousando, indo além do que deveria fazer a Defensoria Pública, que é ser a ponte, ser o acesso à Justiça.

A Defensoria tem tido um protagonismo maior, porque mais do que agir corretamente quando é acionada, ela tem tido iniciativa. Essa proatividade da Defensoria Pública baiana, esse sacrifício hercúleo dos defensores e defensoras públicas baianas têm sido uma referência e têm sido notados pelos diagnósticos que feitos pela Defensoria Pública em nível nacional e por nós desta Casa.

Quero, nesse sentido, dizer, Dr^a. Maria Célia Padilha, V.Ex^a que assume a Defensoria Pública sucedendo a Dr^a. Tereza Cristina, que fez um trabalho tão importante,



que já sugeri a esta Casa que possa debater mais política, debater mais conceitos, debater mais contextos.

Dr. Celso Castro, uma pessoa tão importante para nós que sempre nos ajudou na defesa de teses, argumentações e formulações nesta Casa, vem trazer histórias e questionamentos importantes para nós.

Sem querer conceituar o Estado, menos ainda o Estado brasileiro...É muito faz de conta que a gente vive ainda no nosso País! Alguém acredita que o Estado brasileiro é laico? Alguém acredita? Eu sou católico apostólico baiano. Temos neste plenário apenas a imagem da minha religião, mas o Estado é laico. Alguém acredita mesmo que nós vivemos a democracia? Sem querer trazer o conceito dos anarquistas, que negavam o Estado, e sem querer também trazer o conceito de Max Weber, que falava que o Estado tinha o monopólio da violência, sem querer, mas já trazendo também, o conceito de Karl Marx, que o Estado é o instrumento a serviço de quem o mantém, a burguesia, mais ainda falando de Marx, foi ele quem disse e está tão presente para nós, que quem tem o poder é quem tem os meios de produzir riquezas, portanto, democracia neste país, quem acredita?

A defensoria pública vem por aí. Portanto este debate é extremamente importante para nós, porque Dr. Celso Castro, nosso professor brilhante trouxe aqui uma história tão peculiar para este momento, que é o grito de alguém ao rei. Onde dizia: “avise ao rei que aqui em Berlim tem juizes.”

Vou contar uma história muito rápida: aqui na Bahia, na cidade de Xique-Xique, o Movimento dos Sem-Teto ocupou, porque só invade algum espaço que há produção, segundo a Constituição não há invasão onde não há produção, não é Dr^a Tereza, porque terra tem o fim de produzir, terra improdutiva tem que ser ocupada, e o Movimento dos Sem-Teto, na cidade de Xique-Xique, aqui na Bahia, ocupou um espaço que estava abandonado e alguém que se dizia dono daquele espaço entrou na justiça pedindo reintegração de posse. Imediatamente o Sem-Teto procurou a Comissão de Direitos Humanos desta Casa e nós procuramos a Defensoria Pública. Imediatamente, Dr^a Célia, a senhora fez o que tinha que ser feito. Mesmo sem ter defensor lá, designou Dr. Gilmar para poder assumir o caso em defesa dos pequenos.



E pasmem! A história da Bahia é diferente da história de Berlim. O juiz deu a reintegração de posse aos donos, segundo o juiz, que não tinham absolutamente nenhuma prova de que eram donos. Aí tivemos que mandar avisar ao juiz de Xique-Xique, lá na Bahia: “juiz, na Bahia tem Defensoria Pública.”. Os defensores imediatamente entraram em defesa desses pequenos.

Portanto, é claro que esta Casa tem que se debruçar sim sobre essa questão tão importante, que é o fortalecimento dessa nobre instituição. É verdade que ela nunca cresceu em nosso país quanto cresceu no governo do presidente Lula. Isso é fato. Também não é mentira que aconteceu a mesma coisa na Bahia. A Dr^a Tereza, que eu chamava de deputada, agora não chamo mais porque ela é mais do que isso, assumiu a chefia da Defensoria Pública baiana, ela que frequentava esta Casa sempre em defesa dos defensores e defensoras, sabia a luta do dia-a-dia sendo representante da classe e continuou essa luta sendo chefe-geral da Defensoria Pública.

Com Dr^a Laura Fabíola não foi e nem é diferente. Até por excesso de generosidade no encontro ela me colocou numa saia justa, onde me deu um prêmio por excesso de generosidade da Defensoria Pública baiana, sem dúvida nenhuma. Mas se é verdade que também cresceu o orçamento da Defensoria Pública no governo Wagner, eu fui o relator do primeiro orçamento, também é verdade que a Defensoria Pública baiana está infinitivamente aquém do que o povo da Bahia merece e precisa.

Um pouco mais de 190 defensores públicos para quase 15 milhões de habitantes é uma estupidez. Contratar os concursados imediatamente é uma necessidade, que pese ainda não resolver o problema. Não dá para discutir pacto pela vida sem discutir um precedente fundamental, que é o fortalecimento da Defensoria Pública baiana. Não dá para discutir direitos humanos sem garantir o mínimo acesso à Justiça àqueles que não têm posses, mas tem que ter direito, professor Celso, como bem o senhor falou aqui. Não ter posses não significa não ter acesso ao direito.

Contextualizando o Estado brasileiro, ainda tão novo, podemos afirmar que nunca vivemos um período tão longo de república, de democracia em nosso País como este que estamos vivendo. Imaginem a formulação de Estado brasileiro que poderíamos fazer. Não



ousaria a fazer nenhuma, porque acho que está em construção. Temos uma democracia muito nova, que precisa desta efervescência, que é fundamental para que possamos fortalecê-la.

Portanto, poderíamos organizar, Dr^a Laura e Dr^a Padilha, algumas ações concretas. Estamos às vésperas de discutir o Orçamento do Estado. Como Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores represento 14 deputados desta Casa; temos aqui na Mesa parlamentares da Oposição e do governo. Acho que esta não é uma luta de partido nem de bancada; é uma luta da Assembleia Legislativa na perspectiva não simplesmente de convocar concursados, garantindo o direito aos aprovados. É mais do que isso. Como disse o professor Celso Castro, é o fortalecimento de uma instituição tão importante para um Estado Democrático de Direito.

Poderíamos tirar daqui – fico muito a cavaleiro porque faço parte da Bancada da Maioria – uma emenda de Bancada a ser discutida no Orçamento. Não estou falando de uma bancada de 14 nem de Maioria ou Minoria, estou me referindo aos 63 deputados deste Poder. Palmas) Podemos, unidos, apresentar e aprovar essa emenda. Como também podemos tirar desta sessão especial uma comissão, integrada por representantes dos concursados, da Defensoria Pública e dos deputados, para discutir com o governo um cronograma.

Essa é a grande questão. Precisamos ter do governo um cronograma que determine o número de concursados que serão chamados a cada mês. Se tivermos esse cronograma, a Defensoria Pública poderá estimar a ação voltada para o próximo ano, um planejamento mínimo.

Temos poder para implementar essas duas iniciativas; temos poder para negociar com o governo. Quando temos um governo tirano vamos para as ruas gritar, espernear, com a possibilidade de tomar porrada, de ir para a cadeia ou até para o cemitério. Em um governo democrático e popular pode até acontecer tudo isso – dificilmente, é verdade –, mas ele é passível de todo tipo pressão. É claro que tem gente fazendo pressão de todos os lados, é óbvio.

Precisamos fazer a pressão dentro do governo democrático popular, numa ação de convencimento. Ou seja, precisamos convencer o nosso secretário da Segurança Pública que é importantíssimo para a segurança pública não só canhão, colete e carro, mas também a



Defensoria Pública. Convencer os nossos secretários que estão coordenando o Pacto pela Vida de que falamos de defesa da vida quando falamos de acesso à Justiça.

Precisamos convencer o governador da necessidade extrema disso. Não vou discutir aqui quem tem ou não tem culpa. Mas quando as coisas acontecem ou deixam de acontecer há sempre um culpado.

Nesse sentido, podemos tirar essas ações concretas para, nessa comissão, discutirmos com o governo. Esta Casa Legislativa aprova a viabilidade de mais recursos, portanto ela pode fazer isso a qualquer momento numa articulação com o governo do Estado.

Parabéns a vocês, defensores e defensoras, por escolherem tão bem a Dr^a Célia Padilha para representar essa instituição na Bahia, como também escolher muito bem os seus representantes da classe. É essa discussão constante com Assembleia Legislativa, com o Poder Executivo, é esse exercício que nos levará, um dia, a fazermos a grande festa, que tenha escrito no bolo: “Enfim construímos a Bahia de todos nós”.

Parabéns! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

**DL-02****Ses. Esp. 17/11/11**

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Em um trecho do discurso do nobre deputado Yulo Oiticica ele fala da Bancada de 63 deputados, que é totalidade desta Assembleia. Esta Casa tem mostrado um amadurecimento fantástico no que diz respeito às ações de interesse do povo da Bahia. O Parlamento acaba sendo o lugar daqueles que defendem e daqueles que agredem o governo. Eu, como Vice-Líder do governo, o deputado Yulo, e o deputado Augusto como Oposição. Mas esta Casa, no momento atual da legislatura, tem mostrado uma mudança no tocante àquilo que é interesse do povo baiano. Aqui votamos a questão da privatização dos cartórios e buscamos uma solução que fosse adequada ao povo baiano em cada um dos 407 municípios. Não discutimos quem era a favor ou contra o governo. Foi do mesmo jeito quando aqui fizemos críticas ao fechamento de algumas comarcas no Estado da Bahia. Neste caso, também, a Defensoria Pública, com certeza, posso falar não só por mim, como por cada um de todos os colegas, inclusive o nobre presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, que não pode estar aqui por ter outra agenda, mas que tem presidido a Casa com bastante honradez... Será um clamor dos 63 deputados pedir ao governador recursos para garantir a efetivação imediata de cada um de vocês para trabalharem para o povo da Bahia.

Quero aqui saudar, também, a presença do Sr. Carlos Medrado, representando o secretário Fernando Schmidt, da Secretaria Extraordinária de Relações Internacionais do governo do Estado da Bahia; a Dr^a Tereza Cristina, ex-defensora pública geral do Estado da Bahia, para nós é uma honra imensa tê-la aqui conosco; a Dra. Maria Valdívia de Jesus, ouvidora do Cedap, Centro Especializado Estadual em Assistência e Pesquisa; Leila Nascimento Portugal, juíza leiga do Juizado de Trânsito de nosso Estado.

Vou ler uma carta:

“Exm^o Sr. Deputado Jean Fabrício Falcão

Deputado Estadual – PCdoB Bahia

Excelentíssimo Deputado,



Acuso com muita honra o recebimento do convite para a Sessão Especial com o objetivo de debater a situação da Defensoria Pública no Estado da Bahia. Embora fosse meu desejo estar presente a esta audiência, votações de Medidas Provisórias impedem minha viagem a Salvador nessa data.

Tenho a convicção de que essa sessão será um poderoso instrumento de luta pela garantia de uma quantidade mais expressiva de defensores para atender à demanda do Estado. Faço questão de lembrar que o número de defensores públicos atuantes no Estado da Bahia está muito aquém do mínimo necessário, tampouco do ideal, por isso parabenizo Vossa Excelência pela importante iniciativa de realização desta sessão.

Encareço que transmita aos presentes meus votos de pleno sucesso desta sessão e reafirmo que é muito importante aproveitar esse espaço de debate para fortalecer o papel da Defensoria Pública em nosso Estado.

Abraços de,

Alice Portugal. Deputada Federal.”



2292-I

Ses. Esp. 17/11/11

Or. Paloma Pira Santos

Debater a situação da Defensoria Pública no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra a Paloma Santos Rebouças, representando a comissão dos aprovados no sexto concurso, realizado em 2010 pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a PALOMA PIRA SANTOS:- (Lê) “Excelentíssimos Senhores Deputados, aos quais cumprimento na pessoa do deputado Fabrício Falcão, ilustres membros que compõem esta Mesa, Excelentíssima Senhora Defensora Pública Geral do Estado da Bahia, Dr^a Célia Padilha, demais defensores Públicos aqui presentes, caros colegas aprovados no último concurso da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Antes de mais nada, em nome desses 160 aprovados no ultimo concurso público da Defensoria, agradeço e ao mesmo tempo parabenizo o Poder Legislativo, na pessoa do deputado Fabrício Falcão, pela grande iniciativa de debater tema tão caro para a sociedade baiana como é, o relativo à nossa Defensoria Pública.

Costumo dizer que a atenção que o Estado reserva à Defensoria Pública é diretamente proporcional à importância que dá aos seus cidadãos, sobretudo aos mais pobres, que são exatamente os que mais dependem da sua atuação.

É bem verdade que não podemos deixar de reconhecer os esforços do governo estadual para o fortalecimento da instituição, mas é necessário avançar ainda mais, pois há ainda um grande déficit de defensores no nosso Estado, o que inviabiliza a concretização do direito fundamental de acesso à Justiça.

Apenas para que se tenha idéia, existem hoje menos de 200 defensores públicos em um Estado cuja população é de 14.080.654 (catorze milhões, oitenta mil, seiscentos e cinquenta e quatro) habitantes, conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010.

Todavia, Senhores Deputados, hoje estão diante de uma extraordinária oportunidade de superação desse quadro, haja vista que recentemente foi realizado concurso



público no qual foram aprovados 160 candidatos, estando todos no aguardo das suas respectivas nomeações.

Assim, nota-se a imprescindibilidade de serem chamados todos os novos defensores públicos aprovados, ainda que por meio da prorrogação do prazo de validade do concurso, pois, somente assim o Estado da Bahia estará se encaminhando em direção ao ideário constitucional de efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana.

Apenas para ilustrar a desproporção existente em nosso Estado entre a Defensoria Pública, a magistratura e o Ministério Público neste Estado, é importante ressaltar que na Bahia existem 536 juízes de Direito, 568 promotores de Justiça e apenas 193 defensores públicos.

É importante enfatizar, Srs. Deputados: existem menos de 200 defensores públicos atuando em todo o Estado. Ou seja, são 26 mil baianos para cada juiz, 24 mil baianos para um promotor. Já na Defensoria, são 71 mil baianos para cada defensor.”

Quero fazer um parêntese no meu discurso, No Estado, o Tribunal de Justiça está querendo diminuir o número de comarcas, e a Defensoria, ao revés, está buscando a sua ampliação em toda a Bahia. Hoje, apenas 30 das 300 comarcas contam com o serviço da Defensoria Pública.

Então, com a nomeação dos 160 defensores públicos poderemos não atuar nas 300, mas, com certeza, numa quantidade maior de comarcas, levando cidadania e acesso não só ao Poder Judiciário, mas à justiça, atuando preventivamente, repressivamente em prol de toda a população baiana.

(Lê) “Portanto, a Defensoria Pública da Bahia está em total desproporção se comparados os seus números com os dos membros do MP e da magistratura.

Apenas 30 das 300 comarcas (e não municípios, que são 417) da unidade federativa baiana contam com os serviços da Defensoria, o que significa que a maioria das comarcas não é abrangida pelas atividades da entidade.

Esse, portanto, Srs. Deputados, é o cenário da Defensoria Pública no Estado da Bahia. E é por isso que, mais uma vez, em nome dos 160 defensores recém-aprovados, parabenizo esta Casa, ao mesmo tempo em que conclamamos os nossos deputados a que,



como representantes do povo baiano, abracem a causa da Defensoria com o cuidado que o cidadão baiano merece.

Muito obrigada.” (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Agradeço à Drª Paloma Pina por sua fala.

(Não foi revisto pelo orador.)

**2293-I****Ses. Esp. 17/11/11****Or. Euclides Fernandes****Debater a situação da Defensoria Pública no Estado da Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Registro a presença do nobre deputado Euclides Fernandes, Líder do Bloco PCdoB/PDT nesta Casa, o qual convido para fazer uso da palavra, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente desta sessão especial – que trata de um tema muito importante para a democracia: a Defensoria Pública –, Fabrício Falcão; Sr. Relator da Lei de Organização Judiciária, deputado Álvaro Gomes; Sr^a Defensora Pública Geral do Estado da Bahia, Dr^a Maria Célia Neres Padilha; Sr. Diretor da Faculdade de Direito da UFBA, grande jurista que engrandece e honra o cenário jurídico do Brasil, Dr. Celso Braga de Castro; Sr^a Representante da Associação dos Defensores Públicos da Bahia, Dr^a Laura Fabíola; Sr. Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Adilson Araújo; professor Augusto Vasconcelos, vice-presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia; Sr. Diretor do Centro Acadêmico Ruy Barbosa da Faculdade de Direito da UFBA, Mizael Aquino Ramos; Sr^a Representante da Comissão dos Aprovados do 6º Concurso de 2010, Paloma Rebouças; Sr. Juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública, e da Associação dos Juízes para a Democracia, Dr. Rui Eduardo Brito; Sr. Deputado Estadual, Líder da Bancada do PT, Yulo Oiticica; Sr. Coordenador da Coordenação Executiva das Especializadas da Capital da Defensoria Pública da Bahia, Ricardo Calheiro; Sr. Deputado Augusto Castro e o nosso presidente Fabrício Falcão; evidentemente a família da Defensoria Pública, já no trabalho efetivamente, e os concursados que estão aí nessa luta, a qual tenho acompanhado com muita tenacidade, a busca do direito de serem nomeados para o cargo de defensores públicos do Estado da Bahia; demais autoridades aqui presentes.

Nossa República Federativa do Brasil, inspirada nos ensinamentos do livro “O Espírito das Leis”, de Montesquieu, em que o governo deixa de ser exercido, como na época Medieval, por um só, passa a ser então através da divisão do poder em três órgãos distintos: Executivo, Legislativo e o Judiciário.



Evidentemente, é importante a construção eficiente da função desses três Poderes para a sociedade brasileira. E o que se lamenta sobre todos os modos é que no Poder Judiciário, para que se realize plenamente, os autores que constituem, propriamente dito, a distribuição da Justiça em nosso País são os juízes, os magistrados que vão ditar com quem está a lei, o Ministério Público, que representa a defesa de lei, e os advogados para quem tem dinheiro para poder pagar um bom advogado para ir à busca, à defesa dos seus direitos ameaçados ou violados.

Evidente, Sr. Presidente, autoridades aqui presentes, é uma peça chave para a democracia. Um país que se diz democrático, é necessário dar o acesso de maneira fácil para todo cidadão de ir à busca, bater na porta do Estado em defesa dos seus direitos. Aí está o grande papel, Sr. Presidente, da Defensoria Pública.

O pobre, aquele que não tem recurso, o único caminho que ele tem para poder ver respeitado o seu direito, com a garantia, com amparo do Estado, é a Defensoria Pública, que, lamentavelmente, não sei nos outros Estados da Federação brasileira, mas aqui no Estado da Bahia – peço vênica a V.Ex^a, 3 minutos, porque me alonguei nas saudações e o tempo foi embora – foi retratado pela representante dos concursados a situação verdadeira no que diz respeito à falta de defensores públicos, apenas 30 comarcas do Estado da Bahia têm a presença do defensor público.

E não é só isso. As construções de infraestrutura, os funcionários, os servidores, local apropriado para a atuação da Defensoria pública e, evidentemente, os equipamentos necessários para a boa atuação da Defensoria pública, é uma situação precária verdadeiramente. A Assembleia Legislativa conhece as dificuldades, é sensível para buscar a solução dos problemas.

Quero lembrar aos senhores concursados, aos senhores defensores públicos aqui presentes e às autoridades, que nós deputados estamos de mãos dadas com a Defensoria Pública. Mesmo sem sermos acionados pelos defensores públicos, nós, na aprovação da lei que privatiza os cartórios, determinamos a criação de um fundo e que 2% desse fundo fosse destinado para atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado da Bahia.



Compreendemos a situação que se passa na Defensoria do nosso Estado, e essa luta é nossa também, porque é uma luta da sociedade baiana. Evidentemente, é preciso levar o convencimento a quem tem a caneta com pita, exatamente o Executivo. O Judiciário aplica as leis nos casos concretos que chegam para serem decididos. O Legislativo elabora as leis e fiscaliza os atos do Poder Executivo, mas quem tem a caneta para resolver os problemas é exatamente o Executivo, evidentemente na pessoa do governador Jaques Wagner.

É preciso que se leve ao Governador Jaques Wagner o convencimento, dizer, verdadeiramente, que o Governo Jaques Wagner voltado para o social, onde podemos registrar os avanços importantes para a sociedade baiana para aqueles carentes e mais pobres, a exemplo do Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida, Água para Todos. Um governo, verdadeiramente, voltado para os mais carentes, para os mais necessitados. Aí, sim, mostrar ao governador que ele precisa completar as ações do Governo, dando condições para que o cidadão pobre tenha a mesma condição do rico, de bater na porta do Estado, no Poder Judiciário para defender os seus direitos ameaçados ou violentados.

Fiquem certos senhores da Defensoria Pública e senhores concursados, já estou nessa luta, essa bandeira também é minha, estarei ao lado de vocês na hora em que precisar para lutarmos pela melhoria da estrutura da Defensoria Pública e para que os concursados sejam nomeados para atender às necessidades da comarca do nosso Estado da Bahia.

Um abraço a todos.(Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

**2294-I****Ses. Esp. 17/11/11****Or. Augusto Vasconcelos****Debater a situação da Defensoria Pública no Estado da Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Registramos a fala do nobre deputado Euclides Fernandes, ao tempo em que convidamos o Sr. Augusto Vasconcelos, professor de Direito da UNIME e da UNEB, vice-presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia pelo tempo de cinco minutos.

O Sr. AUGUSTO VASCONCELOS:- Boa-tarde a todos e a todas, para não sofrer a interrupção da sirene, é quase ensurdecedora ao pé de ouvido, vou estender as congratulações a toda a Mesa na pessoa do deputado estadual Fabrício Falcão, autor dessa iniciativa importantíssima da realização de uma audiência pública para tratar de tema da mais alta importância, que é a Defensoria Pública.

Penso que é um momento bastante oportuno, não apenas porque estamos fazendo a discussão a respeito dos rumos do país, mas sobretudo do ponto de vista pragmático, porque estamos à beira da votação da Lei Orçamentária Anual. E a votação dessa lei orçamentária reflete exatamente as clivagens políticas das prioridades que o estado vai definir para o próximo ano. É nesse sentido que isso encaixa a discussão à respeito da Defensoria Pública. Porque se é verdade mesmo que o Estado Brasileiro está buscando se reorientar para atender àqueles que mais precisam, é importante também que isto se reflita no acesso ao Judiciário.

Achamos e compreendemos que o acesso ao Judiciário não pode ser apenas com juízes, com membros do Ministério Público. É importante também o fortalecimento da advocacia, sobretudo para aqueles que mais necessitam. Os defensores públicos cumprem uma missão, que não é a missão de governo, como falou muito bem o Prof. Celso Castro. A discussão em torno do fortalecimento da defensoria não deve ser encarada como uma política efêmera, passageira, de quatro anos do mandatário, mas sim uma política de Estado. E é por isso que penso que é importantíssima essa sinalização de que Governo e Oposição podem apontar para uma emenda unitária no sentido de compor o Orçamento, permitindo a ampliação do quadro de defensores. Mas penso que devemos ir além, porque evidentemente



há uma tendência do crescimento do nosso Estado, o desenvolvimento com as grandes obras podem provocar exatamente um retorno de boa parte da nossa população para as cidades de médio e de pequeno porte do interior do estado. E é nesse sentido que a Defensoria precisa acompanhar esse movimento. É inaceitável a redução das comarcas aqui na Bahia e sobretudo é inaceitável também que tenhamos o alcance da Defensoria Pública em apenas 30 comarcas com a presença física dos defensores. Isso é inadmissível num estado com mais de 400 municípios. Por isso que a disputa em torno da Lei Orçamentária Anual é também uma disputa sobre a agenda das prioridades, e disputar essa agenda significa compreender o contingenciamento de recursos não pode afetar setores importantes, estratégicos. e que devem e possibilitam uma diminuição da desigualdade do nosso Estado.

A crise que abate-se sobre o mundo e que vem agora com uma onda de protestos varrendo toda a Europa, varrendo os Estados Unidos com a ocupação de Wall Street, são lutas que representam exatamente a necessidade de combater a tese do contingenciamento, a tese da prioridade aos credores, a tese da prioridade ao sistema financeiro. Hoje, era para termos uma bancada repleta de pessoas, que da mesma forma que lotam essas Galerias na defesa de uma educação pública de qualidade, de uma saúde pública na garantia de que tenhamos menos tributos também é importante que lotemos as Galerias para defender essa instituição tão briosa como é a Defensoria Pública.

Lotar essas Galerias para defender a defensoria não é defender os defensores, compreendendo que os defensores são as mãos, os olhos, as mentes da defensoria, mas é a defesa da instituição acima de tudo, a defesa de uma instituição que surgiu no Brasil no século XIX, no nosso Distrito Federal que era a capital no Rio de Janeiro, cerca de 10 anos após a Proclamação da República, e essa mesma instituição que varou para dentro da Constituição Federal de 88, sendo o único País do mundo que tem a Defensoria Pública prevista constitucionalmente, esse mesmo País que transforma a Defensoria Pública no patinho feio do acesso à justiça; no patinho feio porque é o setor do acesso à justiça que menos dispõe de recursos, que menos dispõe de infraestrutura e que menos possui condições para efetivamente cumprir sua missão institucional.



No entanto, nos últimos anos o que vemos verificando é que os bravos defensores que sustentam, vários colegas, alunos, ex-alunos, colegas de pós-graduação que estão na defensoria e que sem dúvida alguma com muita coragem e com muita abnegação carregam a bandeira do acesso à justiça para os mais pobres, mas não podemos viver de mero proselitismo ou de diletantismo, queremos uma defensoria estruturada, fortalecida institucionalmente não para defender apenas o ingresso dos novos concursados que serão muito bem-vindos para toda sociedade baiana, mas sobretudo por compreender que esta instituição é fundamental para pavimentar um novo momento da história do nosso País, e o Estado da Bahia pode dar uma grande contribuição nesse sentido se conseguir minimamente resolver os dilemas que estão postos para a Defensoria Pública, evitando se transformar num mero extintor, mas sobretudo compreendendo o papel estratégico que cumpre cada defensor público levando a mensagem de que é possível, sim, ter um Estado democrático de direito com instituições fortes e que possibilitem o tratamento de paridade de armas na disputa daqueles bens jurídicos que estão colocados à prova para o conjunto da sociedade. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

**2295-I****Ses. Esp. 17/11/11****Or. Laura Fabíola Amaral****Debater a situação da Defensoria Pública no Estado da Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Agradeço a palavra do Dr. Augusto Vasconcelos, professor da Uneb e também do Sindicato dos Bancários da Bahia. Quero registrar a presença do Dr. Valdir Santos, advogado da União; Gil Braga de Castro Silva, Defensor Público; Dr. Augusto Luiz da Defensoria Pública; a secretária de Desenvolvimento Urbano da Bahia, Sedur, que agradece o convite em tempo e parabeniza a iniciativa do nobre deputado em criar uma sessão especial para debater a situação da Defensoria Pública do Estado da Bahia, que sente honrada pelo convite e vai fazer o possível para estar presente na sessão; Secretário do Estado da Bahia, Cícero de Carvalho Monteiro.

Gostaria de convidar a Dr^a Laura Fabíola Amaral, representando os Defensores Públicos do Estado da Bahia, para falar pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LAURA FABÍOLA AMARAL:- Boa tarde a todos, gostaria muito de agradecer ao deputado Fabrício Falcão por essa bela iniciativa da sessão especial, e não posso também deixar de mencionar os deputados Yulo Oiticica, Álvaro Gomes, Augusto Castro, Euclides Fernandes pela presença, como nosso colega professor detectou, senti falta também das Galerias, lutamos aqui nesta Casa há muito tempo e gostamos desta Casa cheia, é preciso mudar paradigmas para que as pessoas estejam aqui no lugar devido para discutir problemas importantes como este.

Excelentíssima Dr^a Célia Padilha, minha querida defensora pública geral, em nome de quem saúdo os meus nobres colegas que estão no Plenário; Excelentíssima – por que não dizer – Paloma, porque excelência não é só o cargo, é o que a pessoa faz. E Paloma vem com muito afinco defendendo junto com vocês a nomeação dos concursados, em nome de quem saúdo a todos vocês, inclusive a minha querida estagiária Diana, e Camilinha; Dr. Celso Castro, em nome de quem saúdo todos os demais professores e diretores da Escola – uma mudança importante de paradigma, professor, porque nas Faculdades não escutamos ninguém valorizar a Defensoria Pública, só escutamos falar em juiz e promotor, como se



fossem os únicos alicerces da cidadania, e esquecem que a Defensoria Pública é o grande alicerce. Muito obrigado por suas palavras e parabéns à UFBA.

(Lê) “Senhoras e senhores, é uma honra voltar a esta Casa, não mais como presidente da associação, mas, representando dois grandes colegas e amigos, Dr. Cláudio Piansky, presidente da Associação dos Defensores Públicos da Bahia e Dr. André Castro - presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos para falar sobre tema de extrema importância para a sociedade, ou seja o fortalecimento da Defensoria Pública.

A representação ocorreu pela coincidência na realização desta sessão especial concomitante com a realização do X Congresso Nacional de Defensores Públicos que está sendo realizado em Natal até amanhã.

Neste congresso nacional cujo tema é Erradicação da Pobreza na atuação da Defensoria, a Bahia mais uma vez deixa sua marca histórica, ao ser premiada no concurso de Práticas Exitosas no qual venceu em primeiro lugar no concurso, dentre as 24 concorrentes, com a prática “A Atuação Extrajudicial da Defensoria Pública do Estado da Bahia em favor da População em Situação de Rua de Salvador”, de autoria das colegas Fabiana Almeida e Eva Rodrigues, da Especializada de Direitos Humanos.

E com o tema "Paciente Judiciário: O esforço coletivo na quebra de paradigma", a Defensoria Pública da Bahia, por meio das defensoras Andrea Tourinho e Vitória Bandeira, venceu em 2º lugar o Concurso de teses realizado durante X Congresso Nacional de Defensores Públicos.

Faço esta referência e presto as minhas homenagens as colegas e a Defensoria Pública da Bahia, porque sei e porque sinto o quanto é difícil exercer uma carga de trabalho exaustiva diante do déficit quadro funcional e da falta de estrutura institucional e, ainda assim pensar Defensoria Pública de forma grandiosa a ponto de laborarem com afinco e conquistarem não apenas para elas, mas para a Defensoria Pública da Bahia, para o Estado da Bahia, este mérito, cujo beneficiários serão sem sombra de dúvida o cidadão.

A Defensoria Pública é uma instituição incumbida de conferir o acesso a justiça para a grande maioria da população brasileira. É papel constitucional do Estado dar



assistência jurídica ao cidadão. Não é favor, o Estado tem a obrigação de proporcionar aqueles que não podem contratar um advogado, assistência jurídica e judiciária.

O estado deve garantir orçamento digno, que permita estruturar as defensorias públicas, para que haja paridade de forças entre os integrantes do sistema de justiça.

Seria injusto e descortês, se não reconhecesse que esta Casa sempre foi sensível as demandas da Defensoria Pública. Aqui travamos enfrentamentos e diálogos valiosos. Aqui fortalecemos laços de democracia. Aqui construímos pontes e inegavelmente avançamos.

Ocorre que já faz muito tempo que deixamos de retomar nosso dialogo com esta Casa e com o governo (não necessariamente por vontade nossa, é claro). É preciso retomar os diálogos, pois o governo federal e o Congresso Nacional continuam a buscar o fortalecimento da Defensoria Pública para que a instituição possa lutar de forma incansável pelo respeito ao cidadão. As leis aprovadas intimam a presença dos defensores públicos no *front* da cidadania. E esta Casa deve dar o alicerce para que a Constituição Federal se cumpra.

A Defensoria Pública da Bahia possui um quadro defensorial de 583, sendo que temos apenas 193 defensores públicos para uma Bahia de quase 14 milhão de habitantes, nossos guerreiros da cidadania. Atualmente, 160 candidatos aprovados em rigoroso concurso público aguardam nomeação. E mesmo com a nomeação de todos eles, ainda assim teremos um quadro deficitário, pois, além das vagas, nosso quadro está em déficit em relação às demais carreiras que integram o sistema de justiça, pois existe, em média, um juiz e um promotor para cada 25 mil habitantes, enquanto a DPE tem um defensor para cada 71 mil.

O orçamento da DPE que o governo encaminhou – com cortes, para variar – a esta Casa é cerca de 1/3 menor do que o do Ministério Público, instituição constitucionalmente no mesmo patamar da Defensoria.

Somente 10% das comarcas são atendidas pela DPE, ou seja, mais de 384 municípios estão sem atendimento. E ainda assim o número de defensores não é o adequado nos lugares em que atuam, gerando sobrecarga de trabalho e um serviço que poderia ser melhor prestado.



Não podemos deixar de mencionar que a Defensoria Pública também precisa realizar concurso público para as carreiras técnicas, a fim de garantir a eficácia do serviço publico.

Neste panorama, nos deparamos com a surpresa do corte orçamentário, com o qual o governo cortou nada menos do que 22% do orçamento proposto pela Defensoria Pública para 2012. Vale lembrar que o orçamento proposto ainda precisa de suplementação.

A Assembleia Legislativa da Bahia tem um papel preponderante. Cada deputado que integra esta nobre Casa foi eleito por um cidadão que lhe confiou a defesa dos seus direitos. É claro que muitos sequer sabem dos seus direitos, mas quem foi eleito sabe.

O Estado precisa estruturar as Defensorias Públicas. E essa estruturação passa pelo seu fortalecimento orçamentário, afirmação de sua autonomia.

Reconhecer o problema é o primeiro passo para sua superação. Vivemos uma oportunidade de acabar com soluções paliativas e trazer para a realidade a força da receita constitucional que garante uma Justiça igualitária para pobres e ricos, pois todos são cidadãos. Afinal, não adianta a pessoa ter direito e não ver esse direito reconhecido.”

Srs. Deputados e Deputadas, a missão de V.Ex^{as} é nobre. Acho que chegou a hora de fazer valer cada voto que cada um conquistou para chegar a esta Casa Legislativa, que se diz Casa da cidadania, na qual também reconheço isso. E a nossa luta sempre foi suprapartidária, nunca fomos vinculados a partido político nenhum. Durante anos – não é, Dr^{as} Tereza e Célia? – lutamos, conversamos e dialogamos com todos os deputados. Por isso que avançamos.

E sempre clamamos por mais defensores públicos, por um orçamento digno. Que as faculdades de Direito utilizem, Dr. Celso, esse novo paradigma que o senhor citou. Fiquei encantada, pois me tocou profundamente. Senti hoje uma sede própria no CAB.

Obrigada, Srs. Deputados, por esses avanços.

Vamos colocar os nossos futuros colegas no lugar devido, trabalhando em prol do cidadão. Vamos respeitar aqueles que elegeram vocês.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



2296-I

Ses. Esp. 17/11/11

Or. Ruy Eduardo Brito

Debater a situação da Defensoria Pública no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Parabenizo a nobre doutora.

Convido o Dr. Ruy Eduardo Brito, juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública e coordenador da Associação dos Juízes para a Democracia, para usar a palavra pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. RUY EDUARDO BRITO:- Boa-tarde a todos e a todas. Parabenizo o deputado Jean Fabrício Falcão pela proposta de fazer esta audiência pública. Saúdo na sua pessoa os demais parlamentares desta Casa. Também me associo à Mesa pelos representantes das entidades que aqui se fazem presentes. Saúdo, em especial, o professor Celso Castro, eminente jurista, grande conhecedor do direito, nosso baiano que nos honra nas suas preleções e nas suas aulas da maior importância para todos nós, que somos seus alunos sempre.

Minha gente, a Associação dos Juízes para a Democracia, que tem aqui também um coordenador adjunto, eu sou coordenador da Bahia, o Dr. Renno Viana, que é juiz de Vitória da Conquista, quer dizer que a Defensoria Pública representa, efetivamente, a proteção dos hipossuficientes. Esse não é um trabalho somente de pessoas como juízes, professores, deputados, é da sociedade.

O ativismo judicial – não é, professor Castro? – sai do seu encastelamento. É preciso que o juiz saiba que a sua imparcialidade está no processo, ele pode ali declinar. O juiz, efetivamente, é aquele que participa da sociedade, e a Defensoria Pública é, sem dúvida, essencial à Justiça, está na Constituição minha gente. Está na Constituição de 1988, é a Constituição que o inesquecível Ulysses Guimarães disse cidadã. Essa Constituição que trouxe tanta coisa boa para todos nós, inclusive juízes. Eu entrei, professor Celso, na magistratura antes da Constituição de 88, e não entrei como juiz substituto, entrei como juiz titular.



Quero, neste dia, dizer para todos: efetivamente, as instituições do país devem ser fortalecidas, e a Defensoria Pública, sem dúvida, que eu tanto estimo, deve ser colocada no seu lugar. Temos que mostrar a sensibilidade ao Executivo para poder nomear esses novos aprovados no concurso, mesmo que o edital, – não é, professor Celso? – estabeleça o parâmetro de vagas. Sabemos que isso é só juridicamente, a administração pública pode, sim, e deve nomear aqueles que foram aprovados. (Palmas)

E é nessa hora que os juízes que estão vinculados ao processo democrático do país dizem: “O povo organizado consegue tudo”. E o professor Castro, que deu uma aula magna a nós, magistrados, disse “o público não é da administração pública”, e eu concordo com ele. O público não é esta Assembleia aqui, que formalmente representa o público, mas não é. O público é uma sociedade organizada, buscando exatamente os seus direitos e as suas reivindicações.

Então, vamos ao público, minha gente, embora torçamos para que o público coincida com o público da administração pública.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



2297-I

Ses. Esp. 17/11/11

Or. Célia Padilha

Debater a situação da Defensoria Pública no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Gostaria de passar a palavra a Dr^a Maria Célia Padilha, defensora pública geral do Estado da Bahia. (Palmas)

A Sr^a MARIA CÉLIA PADILHA:- Boa tarde a todos e todas. Gostaria de parabenizar o deputado Fabrício Falcão por essa brilhante ideia, por essa brilhante apresentação de audiência pública para se tratar de um tema tão relevante como o fortalecimento da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Não poderia deixar de cumprimentar o deputado Álvaro, que sempre foi um companheiro de luta aqui nesta Casa em defesa da Defensoria Pública. Também não poderia deixar de registrar aqui os meus cumprimentos e agradecimento especiais ao deputado Yulo Oiticica, que não se faz mais presente, mas que todos nós sabemos do compromisso deste deputado com a defensoria pública.

Também gostaria de agradecer e cumprimentar o deputado Augusto Castro, que me deixa, realmente, sensibilizada e muito feliz em apresentar para o governador um pedido de um espaço no Centro Administrativo, CAB, para a Defensoria Pública. Lá, onde se encontram o Poder Judiciário, o Ministério Público, a OAB e todos os demais e a Defensoria Pública ainda não tem um espaço para construir a sua sede. A Defensoria Pública que é uma instituição em defesa dos menos suficientes, mas infelizmente, uma instituição que ainda luta muito para alcançar uma similitude, uma igualdade com os demais poderes.

Onde uma instituição tão grande, e tão merecedora de todo e qualquer apoio do estado e desta Casa aqui, ainda não tem uma sede. Os defensores vivem, Senhores, a mendigar um espaço nos tribunais para que possam lá estar trabalhando e exercendo seu mister. Vivemos, sim, alugando outros espaços com orçamento muito curto. Mas, quando aqui neste momento, recebo do deputado esta indicação ao governador solicitando um espaço para a construção da sede da Defensoria Pública, isso honra a todos os defensores públicos e também a todos os servidores que estão aqui presentes. Meu muito obrigada. (palmas).



Não poderia deixar de cumprimentar o deputado Euclides, também um lutador na causa da defensoria pública. Aqui, meu caro Dr. Celso Castro, diretor da Faculdade, a quem tenho imenso carinho, admiração e respeito porque em todos os momentos em que estivemos juntos e onde ele esteve, defendeu a Defensoria Pública e já nos convidou para um trabalho lá, junto à Faculdade de Direito. Aqui, Dr. Celso, eu gostaria de agradecer as suas palavras e que é um eterno professor de todos os defensores públicos, juízes, magistrados. Enfim, um jurista de grande nome e só nos honra com essa participação aqui nesta audiência pública.

Gostaria de cumprimentar o Dr. Rui, em nome de quem cumprimento os juízes aqui presentes e, em nome do deputado Fabrício Falcão, cumprimento todos os demais membros desta Mesa. Para não me alongar mais pois o tempo é de 5 minutos, só que eu peço que me estenda um pouco mais.

Queria também cumprimentar aqui todos os colegas defensores públicos que sempre lutaram pela causa e aqui se fazem presentes no momento tão importante como esse. Também cumprimentar os servidores que estão aqui para fortalecer a causa da Defensoria Pública. Nossos concursados, futuros defensores que neste momento considero também como defensores públicos. Sinto, sim, falta do grupo operativo da Ouvidoria Pública, nossa Ouvidora que sempre defendeu a causa da defensoria e sempre esteve em espaço como este.

Neste momento sinto, sim, falta do grupo Operativo aqui, que tanto solicita da Defensoria Pública Geral, defensores nas comarcas, no momento como este onde se luta, reivindica-se o fortalecimento da Defensoria Pública, gostaria que todos do Grupo Operativo estivessem aqui nesta Assembleia defendendo a causa da Defensoria Pública.

Senhores, este debate, inicialmente, mais do que propício para uma reflexão acerca da Justiça no nosso Estado. É imprescindível que, ao se falar em justiça, um direito essencial à sobrevivência do cidadão, reconheçamos que em sua concepção mais ampla ela é também princípio básico para a legitimação da democracia em um país, para que sejam garantidos direitos, um dos pontos centrais a serem enfrentados é o acesso à justiça. A Defensoria Pública é a instituição que tem por objetivo a concretização disto; é, portanto, vital na efetivação dos direitos.



Entretanto, as Defensorias Públicas enfrentam uma realidade que, apesar de sua inegável evolução ao longo dos últimos cinco anos, ainda não suporta a sua real demanda: prestar assistência jurídica integral aos mais necessitados - mais de 80% da população na Bahia. Senhoras e senhores, temos uma lei orgânica que previu, em 2006, quando da consolidação da nossa autonomia institucional, um quadro de 583 defensores públicos”. Desses 583, temos apenas e tão somente 196 defensores. Esses 196 defensores, senhores e senhoras, não atendem às necessidades da população baiana. A nossa lei prevê 583 defensores públicos. Durante os quatro anos do Governo de Jaques Wagner, conseguimos sim um orçamento maior, conseguimos sim melhorar a questão salarial, conseguimos sim aumentar o número de defensores, mas para 163, o que não atende à demanda do Estado, que requer muito mais que os 583 defensores previstos na nossa legislação.

(Lê) “Mais ainda assim, com 386 municípios sem assistência e 383 vagas de defensores públicos ainda não preenchidas, como prevê a nossa lei, a Bahia reproduz o drama vivenciado pelos mais pobres no país. Contraditoriamente, nos estados com maior IDH é onde se vê uma defensoria mais organizada e estruturada. Com a recente lei 132/2011, sancionada em 2009, estamos amparados para levar o serviço da instituição onde for mais necessário, dando prioridade às regiões com os mais altos índices de exclusão social e densidade populacional. O desafio do crescimento ainda se coloca eminente em nosso dia a dia, basta ver pelo número crescente de atendimentos prestados na capital e nas 32 comarcas onde estamos implantados.

Além disso, novos projetos e demandas se apresentam a Defensoria Pública a cada dia, com a necessidade de atendimento em municípios distantes das regionais, onde podemos, hoje, atuar apenas com a designação especial de alguns defensores, o que limita o atendimento das pessoas; a assistência integral as comunidades tradicionais como as quilombolas, indígenas, a população em situação de rua; a necessidade de ampliação da cobertura das unidades prisionais no estado e da assistência aos presos em delegacias de polícia nos municípios.”

No que diz respeito à população em situação de rua, agora, no X Congresso Nacional de Defensores Públicos, a Defensoria Pública, em sua prática de atuação na



mediação dos conflitos em população com situação de rua, ganhou o 1º lugar, com as defensoras públicas Fabiana e Eva, do Núcleo de Direitos Humanos. Isso demonstra mais uma vez a necessidade do fortalecimento da Defensoria Pública e demonstra o papel, o compromisso dessa instituição com este Estado e com a população mais carente.

(Lê) “Dos 194 membros atuando hoje em 32 municípios, incluindo a capital apenas 68 estão lotados no interior do estado. Registre-se que a população baiana esta estimada em 14 milhões de habitantes, segundo o censo IBGE 2010, com isso, tem-se, hoje, 1 (um) defensor para cada 71 mil habitantes. Esse número extrapola a capacidade de atuação da instituição, deixando vulnerável grande parte da população hipossuficiente.

Nesse ponto, analisa-se, inclusive, que o referencial do número de comarcas do estado, hoje em cerca de 230, fica aquém da real demanda desse órgão defensorial, visto que suas atribuições vão além do litigioso processado em juízo. Com isso, a defensoria pública, que tem a missão de atender as demandas do seu público alvo em qualquer localidade do estado, necessita ampliar o número de regionais e estruturá-las para uma prestação de assistência judiciaria em todas as áreas de atuação com alcance estendido a todos os municípios que as compuserem. Com mais defensores em nosso quadro, projetamos a implantação de pelo menos 15 novas regionais nos territórios baianos.

A mobilização, portanto, caros senhores e senhoras aqui presentes, é fundamental. É fundamental por se tratar de um engajamento em prol desta instituição de justiça criada pela constituinte de 1988 para cumprir a nobre e difícil missão de garantir a defesa da cidadania e promover a dignidade da pessoa humana. Criada especialmente para enfrentar a exclusão social a que esta submetido este enorme contingente de baianas e baianos nas esferas judicial e extrajudicial, de forma integral e gratuita.

Hoje, vemo-nos cercados por desafios de toda sorte e deparamo-nos com uma imensa cobrança da sociedade, sedenta de nossos serviços e, o que é ainda melhor, mais consciente sobre seus direitos e sobre com quem podem tê-los garantidos. Prestamos assistência a 80% nas unidades de famílias que buscam a justiça, a 90% nas varas criminais, mediando e conciliando partes em conflito; garantimos a proteção dos direitos das pessoas idosas e das crianças e adolescentes, bem como atuamos em comunidades com ações de



educação em direitos humanos. Além disso, 90% dos processos que correm nas varas criminais e 99% da defesa dos detentos do sistema prisional da Bahia são de responsabilidade da Defensoria Pública. Conclui-se, pois, que a Defensoria Pública é a instituição que mais pratica a inclusão social, que está para atuar, de forma plena, portanto, lado a lado com as práticas de desenvolvimento humano e social do nosso Estado! muitos são os desafios:

O desafio de fazer da Defensoria Pública da Bahia uma instituição garantidora do estado democrático de direito, da primazia da dignidade da pessoa humana e da redução das desigualdades sociais;

O desafio de fazer com que a Defensoria Pública da Bahia conduza as suas ações como uma organização autônoma e estruturada plenamente, com altos índices de eficiência e eficácia no cumprimento de sua missão, com ética em suas ações;

O desafio de fazer com que ocorra, em caráter emergencial, a ampliação da nossa presença nas comarcas do estado e com atuação em todas as áreas institucionais, porque a Defensoria Pública deve atender a todos os baianos e a todas as baianas em situação de risco social, nos nossos 417 municípios e não apenas nos 32 em que atuamos hoje em dia.

É o desafio de consolidar um quadro de apoio a estas demandas, com a aprovação, nesta Casa, do nosso plano de cargos e salários” .

E tenho certeza que no concurso já vamos estabelecer a cota racial para que todos tenham acesso e mais dignidade aos negros na nossa capital, considerando que o Estado da Bahia é onde tem o maior contingente de população negra. Então, no primeiro concurso do Estado da Bahia estaremos, sim, até antes mesmo de ser aprovado o projeto de lei encaminhado a esta Casa, uma cota para a população negra.

(Lê) “É o desafio de estabelecer também práticas que assegurem o acesso integral à justiça, dando ênfase à prevenção de conflitos, na esfera extrajudicial inclusive com fortalecimento de práticas de justiça restaurativa;

É o desafio de promover, com o nosso fazer cotidiano, uma consciência cidadã de respeito aos direitos fundamentais.



Estes são os desafios dos 194 defensores que hoje atuam na defensoria pública e serão os desafios dos aprovados em nosso último concurso, que estão mobilizados pelas suas nomeações. Estejam certos de que o diálogo com a administração da defensoria pública continuará sendo aberto e franco com todos vocês e que podem continuar contando comigo nesta mobilização;

Aos nossos deputados e deputadas, nossa confiança de que os senhores e senhoras entendam e estejam comprometidos com a nossa população, com as pessoas que precisam de justiça e encontram somente na defensoria pública, a porta aberta a garantia dos seus direitos e a concretização da justiça. que estejam atentos e firmes pelo fortalecimento desta instituição em nosso Estado e pelos cidadãos baianos.

Não podemos deixar de registrar que contamos com o governo do Estado no apoio e no fortalecimento dessa instituição. No diálogo travado em momento algum o governo esteve fechado a nos receber e dialogar, o que precisamos, sim, é que o governo nos diga quando começaremos a chamar os defensores, quantos começaremos a chamar e um cronograma para que todos os 160 defensores concursados aprovados sejam chamados.

Digo mais, Srs. Deputados, Srs. Concursados, Srs. Servidores, Defensores e demais autoridades com a nomeação dos 160 não é suficiente para atender a demanda da população baiana. Como disse o professor Celso Castro “ aqui a Defensoria Pública não é uma questão de governo, mas aqui se trava uma questão de estado”. O fortalecimento de uma instituição é essencial, quando se fala de democracia não se pode deixar de falar da Defensoria Pública.

O deputado Yulo Oiticica colocou no pacto pela vida “como pode a Defensoria Pública estar atuando na demanda, estar diminuindo a população carcerária, estar nas bases comunitárias se não houver a nomeação dos Defensores Públicos.”

Nomear defensor público não é aumentar o orçamento do estado, mas uma redução de despesa que o estado vai ter, porque os defensores públicos estão atuando na redução do número de presos pois lá não tem uma defesa de advogados por não poderem pagar os honorários. Então o estado só tem a ganhar com a nomeação dos defensores. Haverá uma



diminuição da despesa, porque com a redução de conflito, com a redução das demandas judiciais, fazendo a conciliação extra judicial o estado só tem a ganhar.

Fortalecer a Defensoria Pública é fortalecer a democracia, é fortalecer o estado, o estado reconhecer, mais do que nunca, que é ele que tem que dar acesso à justiça. Isso é uma garantia constitucional, não é um pedido, mas sim um direito, uma garantia que todo o cidadão baiano tem.

Cumprir à Defensoria Pública, como instituição, buscar junto aos Srs. Deputados e ao governo desse Estado o fortalecimento da Defensoria Pública, porque a Defensoria Pública tem um lado e o lado dela é o cidadão hipossuficiente e mesmo aqui na qualidade de gestora, nomeada pelo governo do Estado, que confiou nomear, ele também certamente está confiando que eu chegue aqui e diga que precisa da nomeação dos defensores públicos, que precisa de um orçamento maior para a construção de uma sede, não posso mendigar espaço físico para que os meus defensores, os meus servidores estejam à mercê de serem despejados a qualquer momento sem nenhum respeito, sem nenhuma garantia.

Não posso, de maneira nenhuma, concordar ou ser conivente com essa situação, por isso sim aqui defendo (palmas) um orçamento compatível como têm as demais instituições. Isso sim não é pedir, é direito, é garantia dessa instituição. Muito obrigada.

(Não foi revisto pelo orador.)



2298-I

Ses. Esp. 17/11/11

Or. Mizael Aquino

Debater a situação da Defensoria Pública no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Quebrando o protocolo, gostaria de convidar o Sr. Mizael Aquino, diretor do Centro Acadêmico Ruy Barbosa, da Faculdade de Direito da UFBA, para fazer uso da palavra, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MIZAEEL AQUINO:- Boa-tarde a todos.

Gostaria de saudar os membros da Mesa; agradecer ao convite do Sr. Presidente, deputado Fabrício Falcão, e parabenizá-lo pela importante iniciativa; e saudar as outras pessoas aqui presentes, os doutores.

Ontem, assisti no noticiário algo que ilustra bastante a importância desta discussão aqui. Não lembro exatamente como foi o caso: mas uma pessoa que furtou cinco latas de atum e uma lata de óleo foi condenada a 1 ano e poucos meses de prisão. Ela não chegou a ser presa de fato por conta de um *habeas corpus* posterior.

Qualquer um que tenha bom senso sabe que isso é um absurdo, não precisa ter algum conhecimento de Direito para saber disso, porque uma pessoa que furta latas de atum e óleo não é criminosa, é uma pessoa que tem fome. E as pessoas responsáveis por esse absurdo, com certeza, estavam de barriga cheia.

Ouvi muito falarem aqui em números, estatísticas. É claro que é importante saber disso, que de 300 comarcas, apenas em 32 ou 33 há defensores públicos. Mas gostaria de falar do meu caso, da minha cidade, Irará, onde os 60 mil habitantes não possuem defensor público. Já vi pessoas conhecidas minhas sem saberem o que fazer, vendo seus direitos serem violados e não terem a quem recorrer, porque não têm dinheiro para pagar advogado e não há defensor público para defendê-las. A solução é buscar a prefeitura. Formam filas e mais filas para ver se conseguem alguma coisa. Isso acontece com boa parte da população de lá.

Houve questionamentos aqui se há ou não Estado Democrático de Direito, democracia. E eu digo de forma incisiva: não há real democracia, não há real Estado



Democrático de Direito quando a maioria da população constantemente vê os seus direitos serem violados.

Portanto, Srs. Doutores Defensores Públicos, contem com o Centro Acadêmico Ruy Barbosa, contem com o movimento estudantil.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



2299-I

Ses. Esp. 17/11/11

Or. Reno Viana

Debater a situação da Defensoria Pública no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Gostaria de registrar a presença da Srª Maria Helena Souza, representante da ilustre senadora Lídice da Mata.

Também gostaria de convidar para a Mesa o Dr. Reno Viana, juiz de Direito em Vitória da Conquista, também da Associação Juízes para a Democracia, que fará uso da palavra, pelo tempo de 5 minutos.

Peço desculpas a V.Sª por não tê-lo convidado antes para vir para a Mesa. Foi um erro da produção a sua ausência na Mesa.

O Sr. RENO VIANA:- Sr. Deputado Fabrício Falcão, meus cumprimentos. Em sua pessoa cumprimento toda a Mesa. Peço licença para cumprimentar o meu colega Ruy Brito, coordenador do Núcleo Baiano da AJD. Quero cumprimentar todas as autoridades presentes. Meus cumprimentos, em especial, à Defensoria Pública do Estado da Bahia, na pessoa da defensora geral, representante da Associação dos Defensores. Também cumprimento os membros da comissão de aprovados no último concurso. Meus cumprimentos a todos os presentes.

Srs. Deputados, demais autoridades, a Associação Juízes para a Democracia firmou uma nota pública na qual defende a essencialidade da Defensoria Pública para o Estado Democrático de Direito e, também, a importância social do seu fortalecimento.

Essa nota pública, imagino que já seja do conhecimento de boa parte dos presentes. Gostaria apenas de – agradeço essa oportunidade de falar, acredito que deve ser pelo fato de sermos lá de Vitória da Conquista, deputado Fabrício – reforçar que a Associação Juízes para a Democracia não defende interesses corporativos da magistratura. Trata-se de um grupo de juízes que atua na defesa do Estado Democrático de Direito, na defesa dos direitos humanos e, enfim, na defesa dos interesses públicos. Entendemos que interesse público está presente aqui hoje nesta discussão, razão pela qual nós, pessoalmente, enquanto juízes de direito e



também membros da Associação Juízes para a Democracia, associamo-nos a essa causa que está sendo defendida aqui hoje.

Defendemos o fortalecimento da Defensoria Pública através de todas as medidas possíveis: medidas estruturais, mas também todas aquelas referentes ao exercício da atividade. Defendemos a nomeação de todos os aprovados no último concurso realizado. Mais do que isso: defendemos a ampliação do número de defensores públicos no Estado da Bahia, vez que, como foi dito no início, consideramos enquanto associação, membro da magistratura, que a função da Defensoria Pública é essencial ao Estado Democrático de Direito. Mais do que isso: trata-se de uma necessidade social de inclusão daquela população mais carente no contexto da vida cidadã.

Agradeço a oportunidade.

((Não foi revisto pelo orador.))

**DL-03****Ses. Esp. 17/11/11**

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Encerramos a fala dos componentes da Mesa, de todas as autoridades. Dizer ao Dr. Reno que a Dr^a Eliana Calmon, recentemente, falou em entrevista aos jornais do País, inclusive no *Roda Viva*, que existe bandido de toga, também existem homens honrados que vestem a toga e honram a nossa Constituição, como o senhor que tem caráter, tem seriedade. É por isso que está aqui. Temos orgulho em pessoa como o senhor.

Acho que existe bandido em todas as situações: no Parlamento, prefeitura, governo de estado. Temos que honrar não o de ruim daqueles indivíduos que desvirtuam a nossa sociedade, mas aqueles que honram aquilo que se contentam e que se prezam a fazer. Pessoas como o senhor nos dá orgulho. Dá-nos honra de ter isso.

Aquilo que foi dito sobre a questão do Plenário estar vazio, as galerias, fiz parte do movimento estudantil em duas universidades, UESC e UESB, e também do movimento sindical que participei. Todas as vezes que víamos e discutíamos assunto de interesse coletivo, mas que não tinha fundamento individual, as nossas assembleias sempre foram vazias. Quando você busca interesses particulares, a gente, às vezes, enche esta Casa. Devemos buscar que os interesses coletivos de uma sociedade estejam sempre à frente dos interesses individuais.

Lembro-me que, no movimento estudantil, quando se discutia a validade de carteira estudantil, lotava a assembleia. Quando eram interesses outros, para alguns era menor, não se participava. Então isso aí vai acerca da falta de cultura da população brasileira de conhecer o que são, na verdade, os verdadeiros valores que precisa a sociedade encarar como dela. Infelizmente, não aprendemos a conhecer o coletivo, a conhecer o espaço do Poder Público como nosso. Às vezes, nesse aspecto aí é que peca a participação democrática do cidadão quando ele gosta de clamar, às vezes, o seu direito, mas os deveres de cidadão também estão implicados nessa discussão.



Neste momento não estamos aqui para fazer apenas um pequeno debate, não fecharmos isso. Temos que dar uma resposta àquilo que a sociedade precisa. Mais 50, 60 ou até 200 servidores para o Estado baiano, para a Defensoria Pública ainda é muito pouco, diante de tudo isso que foi falado aqui por esta Mesa.

Quero fazer uma proposta para encerrarmos esta sessão. Primeiro, o meu mandato solicitará a criação de uma frente parlamentar em defesa e valorização da Defensoria Pública do Estado da Bahia. (Palmas)

Daremos essa ênfase junto com os nobres deputados que tiveram a condição de estar aqui hoje, Augusto Castro, Euclides Fernandes, Yulo Oiticica e Álvaro Gomes, companheiro que estimo e me orgulho de ser seu amigo há muito tempo, aprendi muito com ele. Álvaro até já propôs uma resolução nesse sentido.

Conversando com algumas pessoas que estiveram em nosso gabinete, como Paloma, Maia, Camila, Aline, tivemos a ideia de fazer esta importante sessão na Casa do Povo – aqui deve ser o espaço do debate político e não de interesses mesquinhos –, para realizarmos esta discussão e levarmos as suas conclusões ao governo do Estado.

Na condição de Vice-Líder, faço parte do conjunto de Líderes do governo nesta Casa, o deputado Zé Neto é o Líder do governo, e assim posso fazer essa intermediação de forma equilibrada e tranquila. E aproveito este momento para parabenizar minha assessoria, meu chefe de gabinete, Élvio Magalhães, e os demais membros do nosso gabinete que ajudaram a organizar este evento.

Devo dizer que demos entrada em uma emenda ao Orçamento do Estado de 2012, no valor de R\$ 2 milhões, pretendendo que esse recurso seja capaz de garantir as funções de vocês no próximo exercício.

Entretanto, pela magnitude e importância desta Casa, considero de bom grado que essa emenda ao orçamento do Estado deixe de ser deputado Fabrício e possa ser subscrita pelos 63 deputados. E assim possamos apresentá-la ao nosso governador Jaques Wagner (palmas) como uma iniciativa dos deputados da Situação e da Oposição. Desse modo, sem nenhuma dúvida terá muito mais força.



Fui vereador, com muito orgulho, em Vitória da Conquista, município que amo. Estou nesta Casa há pouco tempo, mas, pelo pouco que já conheço daqui, posso afirmar que, se apresentarmos uma emenda coletiva, envolvendo todos os colegas – já conheço cada um, sei que todos, com suas particularidades, têm interesse em resolver a situação do povo da Bahia –, poderemos fazer com que esta emenda que coloquei no Orçamento como emenda particular, individual, seja retirada por mim, e passe a ser uma emenda desta Casa.

Assim poderemos levá-la ao governador, mostrando a sua importância para o povo baiano, pois garantirá não só a função de 50 ou 60 pessoas, mas de todos os aprovados. Desse modo, mesmo com uma quantidade ainda insuficiente, poderemos ter um melhor acesso do povo baiano à Justiça. Será.

Não fui eleito comprando voto nem enganando ou mentindo para as pessoas. Tenho um mandato e me orgulha ser um empregado do povo da Bahia pelos próximos 4 anos. Aqui estarei em defesa de tudo que for de interesse coletivo e de cada um dos quase 15 milhões de cidadãos baianos.

Nesse sentido, farei esse encaminhamento e, a partir disso, solicitaremos audiências com os secretários de Relações Institucionais e da Administração para levar esse pleito, junto com uma comissão formada por vocês.

Em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço a presença de todas as autoridades civis e militares, das senhoras e dos senhores.

Um abraço. Tudo de bom a todos vocês.

Declaro encerrada a presente sessão. (Palmas)